

A campanha salarial 2013 já começou

Pág. 03

Editorial

2013 começa com trabalhadores em luta

Pág. 02

Seminário

Diretoria do Sindsef-SP realiza seminário de planejamento

Pág. 04

Giro nos órgãos

Incra, Cultura, Funasa, Emgepron, MTE, Fundacentro / Ipen, Aposentados e Pensionistas e DPU

Págs. 05-07

Atividades

Marcha em Brasília em defesa dos direitos dos trabalhadores

Pág. 08



SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

140

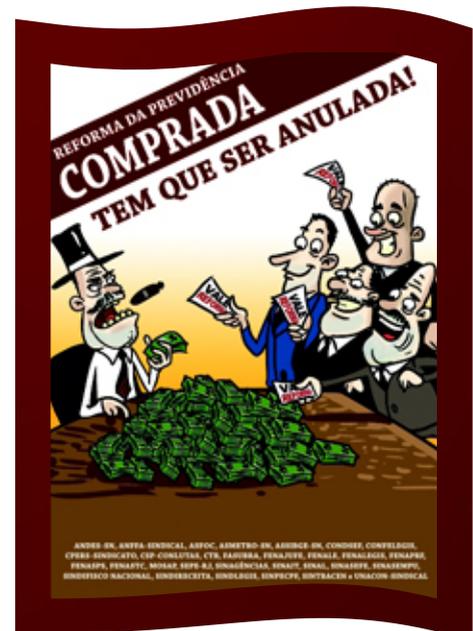
JANEIRO/FEVEREIRO 2013

CSP
Conlutas
CENTRAL SINDICAL E POPULAR

FILIADO À **COISSEF**

Entidades representativas nacionais organizam campanha pela anulação da Reforma da Previdência

Pág. 08





2013 começa com trabalhadores em luta

Luta contra as demissões na GM e pela permanência na terra no assentamento Milton Santos, em Americana. Assim começou o mês de janeiro: com fortes mobilizações da classe trabalhadora. O que esses dois acontecimentos também têm em comum? Em ambos cobra-se da presidente Dilma Rousseff uma solução para os problemas que ameaçam os trabalhadores.

Mas o governo pode impedir as demissões em uma empresa privada? Ora, e não foi com o compromisso de garantir empregos que o governo reduziu o IPI para as montadoras? Depois de lucrarem gostosamente com a renúncia fiscal, simplesmente demitem os trabalhadores.

E que dizer do assentamento Milton Santos? Foi criado em 2005 em uma área do INSS e agora as famílias podem ser despejadas a qualquer momento. Isso porque os antigos proprietários ganharam uma ação na Justiça e uma usina arrendatária obteve a posse do imóvel. O governo poderia desapropriar a fazenda e garantir a permanência das famílias no local, mas não quer (até o fechamento desta edição, a situação permanecia indefinida, para a angústia das famílias assentadas).

Ou seja, este é um governo que, a despeito de a presidente ser filiada ao Partido dos Trabalhadores, não move uma palha pela classe trabalhadora.

O Sindsef/SP está ao lado dos trabalhadores da GM e dos assentados do Milton Santos. Entendemos que estas lutas são emblemáticas e mostram o que vai ser o ano de 2013. Vem muito mais por aí. No dia 17 de abril faremos a marcha a Brasília pela anulação da Reforma da Previdência e contra o Acordo Coletivo Especial (ACE).

O Brasil vive uma situação insustentável no médio prazo: a economia está desacelerando ao passo que os índices de desemprego se mantêm próximos do que os economistas classificam como “pleno emprego”. É bem verdade que a geração de empregos ocorre na base da pirâmide salarial. Isto é, os novos empregados recebem os piores salários. Mas mesmo esse processo tem limite. Mais cedo ou mais tarde, como reflexo do mau desempenho do PIB, o desemprego deve voltar a crescer. Precisamos estar preparados.

É claro que o governo sabe disse e também se prepara. Mas não para defender nossos interesses e, sim, os interesses da burguesia. No contexto atual, é grande a chance de que ocorra uma reforma trabalhista patrocinada pela própria CUT com seu projeto de Acordo Coletivo Especial. Isso deve abrir espaço para que se acirre a exploração dos trabalhadores.

Estamos falando de questões que, aparentemente, não afetam o funcionalismo de forma direta. Mas é claro que a lógica do governo no trato com os trabalhadores da iniciativa privada e com os movimentos sociais também rege a relação com os servidores. O que o governo nos reserva é congelamento de salário e suca-

teamento dos órgãos públicos. Se não vier coisa pior por aí.

Afinal, os grandes beneficiários dos recursos públicos são outros atores: os banqueiros e especuladores, com o pagamento de juros da dívida pública, e as grandes indústrias, com a renúncia fiscal. E não podemos nos esquecer dos fundos de pensão, controlados por ex-sindicalistas da CUT, também grandes beneficiários da política neoliberal.

GM e Milton Santos são apenas os primeiros embates de 2013. Outros virão. E a única forma de não sermos derrotados é construir a unidade com todos os setores que ainda ousam lutar.

PRESTAÇÃO DE CONTAS - 2012

NOVEMBRO DEZEMBRO

SALDO INICIAL	R\$ 36.424,69	R\$ 39.129,19
TOTAL DAS RECEITAS (Consignações dos filiados, pagto. empréstimos, aplicação da poupança etc.)	R\$ 203.426,01	R\$ 358.497,12
DESPESAS		
ADMINISTRATIVO (Aluguel da sede e núcleo de Pirassununga, custas processuais, manutenção da sede, copa e limpeza, material de escritório etc.)	R\$ 22.012,24	R\$ 21.696,76
FUNCIONÁRIOS (FGTS, salários, seguro saúde, INSS, V.R., V.T etc.)	R\$ 82.228,93	R\$ 114.189,63
SINDICAL (Hospedagens, locação de veículos, viagens, reunião de diretoria, cursos/palestras, doações etc.)	R\$ 17.163,93	R\$ 46.678,97
CONTRATOS / PRESTADORES DE SERVIÇOS (Contabilidade, Jurídico, informática, motoboy, vigia noturno etc.)	R\$ 36.938,78	R\$ 60.135,46
IMPRENSA (Jornal, boletins, cartazes, faixas, assinatura Folha de São Paulo)	R\$ 9.341,90	R\$ 7.418,90
CORREIOS (Envio de jornal, impresso especial etc.)	R\$ 4.560,13	R\$ 18.663,85
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (CONDSEF CSP-Conlutas etc.)	R\$ 20.832,60	R\$ 30.789,07
VEICULO (Seguro, prestação, combustível, pedágio, estacionamento etc)	R\$ 3.982,13	R\$ 6.066,97
TELEFONES (Celulares e Telefônica)	R\$ 4.981,63	R\$ 2.027,82
TOTAL DAS DESPESAS	R\$ 200.721,51	R\$ 307.667,43
RESULTADO RECEITAS (-) DESPESAS	R\$ 2.704,50	R\$ 50.829,69
SALDO FINAL	R\$ 39.129,19	R\$ 89.958,88

FISCALIZE AS CONTAS DO SEU SINDICATO! ESSE DINHEIRO TAMBÉM É SEU.

Expediente:

JORNAL DO SINDSEF-SP - Publicação mensal do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo

Rua Capitão Cavalcanti, 102 - Vila Mariana - São Paulo - SP - CEP: 04017-000 - Tel.: (11) 5085-1157 - Site: <http://www.sindsef-sp.org.br> - Facebook: [sindsef-sp](https://www.facebook.com/sindsef-sp) - e-mail: imprensa@sindsef-sp.org.br

Jornalistas responsáveis Fábica Corrêa (MTB 31270/RJ) / Lara Tapety (MTE 1340/AL) - Colaborou para esta edição: Eliana Maciel

Tiragem: 7.000 Exemplares - Projeto Gráfico / Diagramação: Lara Tapety - Impressão: Grafis Soluções Gráficas Ltda. - São Paulo / SP



ESTÁ PRÓXIMO O LANÇAMENTO DA CAMPANHA SALARIAL 2013

Pauta de reivindicações com os eixos da campanha unificada foi protocolada

2013 iniciou com a perspectiva de uma enxurrada de lutas que envolvem toda a classe trabalhadora. Agora os servidores públicos federais começam a se organizar em torno de mais uma grande campanha salarial.

Ainda no final de 2012, um calendário de atividades para os primeiros meses do novo ano foi elaborado pelas diversas entidades que compõem o Fórum Nacional em Defesa dos Servidores e dos Serviços Públicos. Na agenda já estavam definidas datas para o protocolo dos eixos da nova Campanha Salarial Unificada do Setor Público, a realização de seminários sobre negociação coletiva, direito de greve e

Acordo Coletivo Especial, o lançamento da Campanha e a marcha em Brasília em defesa dos direitos dos trabalhadores.

Conforme previsto, no dia 22/01 o Fórum protocolou a pauta de reivindicações da campanha salarial. O Sindsef-SP acompanhou de perto a entrega do documento no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), na Secretaria Geral da Presidência, nas Presidências da Câmara e do Senado, STF e na Procuradoria Geral da República. A pauta será praticamente a mesma do ano passado, já que reivindicações importantes ainda não foram conquistadas. Será necessário exigir o cumprimento dos acordos firmados e a revisão dos pontos não contemplados.



Foto: Condsef



No dia 27, durante o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, o Sindsef-SP esteve presente na oficina sobre direito de greve, negociação coletiva e acordo coletivo especial. A diretora do sindicato Isa Miranda ao criticar a restrição do direito de greve dos servidores, afirmou que o governo sabe bem como fazer acordos que acabam com os direitos dos trabalhadores, como o da greve do MTE de 2010, que obrigou a todos a cumprir um acordo desmoralizante para os trabalhadores.

Lançamento da Campanha Salarial e os próximos passos

O lançamento da Campanha Salarial Unificada do Setor Público vai acontecer 20/02. Está prevista uma atividade na Esplanada dos Ministérios, em frente ao MPOG, onde os servidores vão promover um ato político com objetivo de cobrar uma audiência com a ministra Miriam Belchior.

No dia anterior, haverá um debate sobre o mesmo tema do seminário realizado no FSM, envolvendo as três esferas do serviço público (federal, estadual e municipal), no auditório Nereu Ramos na Câmara dos Deputados.

Aproveitando o calendário de atividades unificadas, foram marcadas para o dia 18 a realização de ple-

nárias dos seguintes setores: aposentados e pensionistas, trabalhadores da Saúde, do DNIT, DNPM, civis de Órgãos Militares, FUNAI e MAPA.

Em 24 de abril, os servidores públicos vão às ruas ombro a ombro com os companheiros do setor privado, na Grande Marcha na Esplanada dos Ministérios em defesa dos direitos dos trabalhadores.

A unidade construída em 2012 deve ser retomada agora. Este é o momento de realizar e participar de seminários, palestras e debates, bem como de iniciar ações públicas de mobilização com materiais sobre os elementos determinantes na conjuntura, como o ACE e a anulação da reforma da previdência.

CONFIRA OS EIXOS DA CAMPANHA:

- Definição da Data-Base em 1º de Maio;
- Política permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações;
- Cumprimento por parte do Governo dos acordos e protocolo de intenções firmados;
- Contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores;
- Retirada dos PL's, MP's, Decretos contrários aos interesses dos servidores públicos, supressão do Artigo 76 da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que define o prazo até 31/08 para encaminhar projetos de lei que reestruturam carreira e concedem qualquer tipo de reajuste aos trabalhadores;
- Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas



Diretoria do Sindsef-SP realiza seminário de planejamento

Com o objetivo de realizar um planejamento estratégico da atuação do Sindsef-SP, para que a entidade siga combativa e controlada pelos trabalhadores, a nova diretoria se reuniu nos dias 02 e 03 de fevereiro.

O evento contou com a valiosa contribuição de representantes do Instituto Latino-Americano de Estudo Sócio-Econômico (Ilaese), para ajudar na formação política da equipe eleita para conduzir o sindicato nos próximos dois anos.

O primeiro dia foi dedicado a análise de conjuntura, campanha salarial, combate à burocratização e trabalho de base, temas ministrados pelo Ilaese.

A crise econômica mundial e seus desdobramentos no Brasil foram analisados pela servidora do judiciário federal e diretora da Fenajufe, Ana Luiza Figueiredo, que destacou os processos de resistência dos trabalhadores e estudantes. “Desde 2008, todo dinheiro que foi investido para salvar os grandes empresários e banqueiros está sendo cobrado da classe trabalhadora”, denunciou Ana.

Em seguida o membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas, Paulo Barela, falou sobre os desafios da campanha salarial em

2013, que ocorre em cenário ainda mais difícil, devido ao agravamento da crise econômica mundial e seus reflexos no Brasil. O governo alega que assinamos um acordo de três anos, no entanto a maioria das reivindicações não foram atendidas. Neste sentido, a pauta está sendo reapresentada a fim de buscar o atendimento dos itens que foram ignorados.

O tema combate à burocratização e a organização de base foi apresentado pelo professor universitário, Daniel Romero, que deu inúmeros exemplos de situações que caracterizam desvios e degeneração burocrática.

Após cada apresentação os diretores fizeram intervenções para compartilhar experiências, expectativas e, também, tiraram dúvidas com os palestrantes.

Um dos debates importantes feitos no seminário foi o avanço da terceirização dos serviços nos órgãos públicos. É preciso combater a precarização dos direitos, exigindo a reali-



Foto: Fábria Corrêa

zação de concursos públicos, mas ao mesmo tempo é preciso ter iniciativas para organizar os terceirizados. Este debate deve avançar na diretoria.

Em seguida, foi discutida a proposta de atuação política para o biê-

nio 2013/2014. Com o compromisso de avançar na organização de base, o Sindsef-SP promoverá uma rodada de assembleias, onde, além da preparação da campanha salarial, serão eleitos os novos delegados de base.

SINDSEF-SP INGRESSOU COM AÇÃO CONTRA AUMENTO DA GEAP

Em março de 2012, a GEAP, Fundação de Seguridade Social, que mantém planos de saúde em vários órgãos da Administração Pública (MTE, IBAMA etc), anunciou um abusivo aumento dos valores cobrados dos servidores filiados ao convênio. Em determinados casos, o aumento ultrapassou o índice de 400% e foi direcionado apenas aos trabalhadores, de modo que o patrocínio da União Federal não sofreu qualquer reajuste. Na maioria dos órgãos, o reajuste foi aplicado a partir do mês de dezembro de 2012.

O Sindsef-SP sempre se posicionou contrário à atitude, tendo participado de diversas reuniões e eventos para discutir o tema. Foram encaminhados ofícios aos órgãos, com os relatos da ilegalidade

do aumento e, em outubro de 2012 foi protocolada ação judicial, com pedido de liminar, para impedir os aumentos pretendidos pela GEAP.

A ação beneficia os servidores que assinaram autorização específica para este fim, que foi amplamente divulgada e distribuída na base por quase quatro meses. Ainda não houve decisão a respeito do pedido de liminar, pois o processo aguarda parecer do Ministério Público. O número da ação é 0204550-31.2012.8.26.0100 e tramita na 11a. Vara Cível do Foro Central de São Paulo.

Quem não assinou a autorização e deseja discutir o aumento ou, ainda, quem tenha dúvidas a respeito desse reajuste, deverá procurar o Jurídico do Sindsef-SP.



Foto: Fábria Corrêa



INCRA

DESMONTE DO ÓRGÃO SEGUE DE VENTO EM POPA

Um editorial do jornal O Estadão, intitulado “Um novo Incra”, exalta a mudança em curso no órgão e desqualifica os sem-terra. De acordo com o texto, o objetivo geral do governo Dilma é “aperfeiçoar o processo de reforma agrária, em lugar de meramente ampliá-lo ao sabor das reivindicações anacrônicas dos movimentos de sem-terra”.

A função do Incra era fazer a reforma agrária. Para isso, existe a divisão de obtenção de terra, que mapeia o latifúndio improdutivo, desapropria, loteia, distribui para as famílias e instrumentaliza as mesmas.

O órgão sempre centralizou as ações referentes à reforma agrária. Neste sentido, todos os problemas batiam na sua porta, desde os mais simples aos mais complexos, como a falta de estrutura na escola de assentamento, falta de água e/ou de energia, precariedade nas estradas e conflitos com proprietários vizinhos.



Foto: Lara Tapeey

Agora, o governo Dilma está descentralizando as ações do Incra. Tudo que era seu papel será transferido para os estados e municípios, e exatamente o que não, que é a assistência técnica, passa a ser dele. Como moeda de troca para transferir a responsabilidade da reforma agrária para as prefeituras, o governo vai repassar a arrecadação do ITR (Imposto Territorial Rural) para os municípios.

Segundo Felipe Atoline, diretor do Sindsef-SP e servidor do órgão, dar assistência técnica não é a função principal da autarquia, e sim atividade acessória ao desenvolvimento dos assentamentos. “Isso tudo faz parte da reforma agrária, porém, a função real do Incra é desapropriar latifúndios democratizando o acesso à terra”.

Ao passo que o governo descentraliza as ações do Incra, os movimentos sociais descentralizam as pressões. No caso de São Paulo, os movimentos terão que negociar com 86 prefeituras, ao invés de com um único órgão federal. Fica clara a intenção de diluir as mobilizações em torno da luta pela terra.

Se por um lado o Incra está com o quadro de funcionários já defasado, com mais aproximadamente 2 mil aposentadorias à vista e sem perspectiva de novos concursos; por outro, Dilma pretende aprofundar o esvaziamento do órgão e a desvalorização da carreira. “Um novo Incra” representa praticamente o fim da reforma agrária no Brasil.

CULTURA

RETOMAR A UNIDADE É PRECISO

Há um descontentamento dos servidores do Ministério da Cultura e órgãos vinculados quanto ao não cumprimento dos acordos salariais e de plano de cargos firmados com o governo em 2007 e 2011.

Entre as reivindicações específicas da Cultura estão a racionalização de cargos e a instituição de adicionais de Titulação e de Incentivo à Qualificação. De acordo com o servidor do IPHAN e diretor recém-eleito do Sindsef-SP, Ricardo Augusto, “ainda existe a necessidade de criar o plano especial da Cultura, e dentro desse plano, buscar alguns quesitos que não foram atendidos no Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, o PGPE”.

Como no MTE, os servidores relatam que os salários da pasta são muito



Foto: Fábria Corrêa

inferiores aos demais órgãos federais. Diante da desvalorização da carreira, as pessoas não tem interesse em trabalhar para a Cultura.

Na campanha salarial de 2013 é preciso construir um maior envolvimento dos servidores do MinC nas mobilizações. Para Ricardo é preciso retomar a unidade, por isso ele está na diretoria do Sindsef-SP.

FUNASA

SERVIDORES ABANDONADOS PELO GOVERNO

Há cerca de seis anos a Funasa sofreu um golpe do governo. Os servidores federais de combate às endemias da extinta Sucam, atual Funasa, foram redistribuídos aos núcleos estaduais do Ministério da Saúde e se encontram cedidos aos estados e municípios. O desmembramento do órgão deixou os servidores isolados e, consequentemente, com dificuldades de organização.

De acordo com Júlio Medéa, servidor do órgão e diretor recém-eleito do Sindsef-SP, na baixada santista os trabalhadores estão esquecidos e expostos ao assédio moral por parte de chefias diretas e pelos próprios funcionários. “Sofremos com os cortes de diárias e com o abandono. Não tem ninguém para fazer a perícia e os exames médicos, ninguém tem

acompanhado o nosso trabalho. Há também as reclamações com o plano de saúde, que é o Capes Saúde”, disse Medéa.

Os redistribuídos apontam que na baixada Santista quase 100 trabalhadores poderiam estar atuando no porto de Santos, que é uma área de competência da união atendida pela ANVISA, a qual contempla ações de controle de endemias e que se encontra carente de servidores para completar o quadro de funcionários qualificados.

Os servidores da Funasa do interior reivindicam a abertura de discussão com o governo, no intuito de viabilizar a redistribuição para órgãos que contemplem as suas ações de agente de saúde pública e guarda de endemias, previsto no programa do SUS.



EMGEPRON

MPT PUBLICA PARECER FAVORÁVEL AOS TRABALHADORES E À REPRESENTATIVIDADE DO SINDSEF-SP

O Ministério Público do Trabalho publicou um parecer bastante favorável, que não deixa dúvidas: reconhece que o SINDSEF-SP é o representante legítimo e legal dos trabalhadores da EMGEPRON, conforme a vontade expressa destes. Ou seja, quem decide sobre a representatividade sindical são os trabalhadores e não a empresa ou outro sindicato qualquer! O parecer dá uma lição de democracia trabalhista ao desconstruir praticamente todos os argumentos da Empresa.

A decisão final agora caberá à justiça, mas entendemos que independente de qual seja esta decisão, já



Foto: Lara Tapety

temos uma vitória expressiva, que dá mostras inequívocas de que não será tão fácil para a empresa fazer o que bem entender no que diz respeito à representação sindical dos seus trabalhadores e também que sindicatos

estranhos à categoria tentem “participar” da disputa, evidentemente com o apoio da empresa.

Assim, o Sindsef-SP dará início às discussões da nova Pauta de Reivindicações, que será apresentada à

empresa com vistas ao Acordo Coletivo 2013. Os trabalhadores devem realizar assembleia para debater e deliberar sobre a Campanha Salarial 2013, aprovar a Pauta de Reivindicações/2013, discutir os encaminhamentos para escolha dos Membros para compor a Comissão de Negociação da Campanha Salarial e outorgar poderes para que o SINDSEF – SP ingresse em juízo com Dissídio Coletivo.

É preciso fortalecer a unidade e a mobilização para que os trabalhadores da EMGEPRON possam atingir seus objetivos: salários dignos, respeito e valorização profissional.

MTE

SINDSEF-SP SE REÚNE COM NOVO SUPERINTENDENTE

A diretoria do Sindsef-SP, acompanhada do setor jurídico, se reuniu com o recém-nomeado superintendente do MTE para discutir diversos assuntos de interesse da categoria. Dentre eles, a questão das 30 horas, o ponto eletrônico, a falta de condições de trabalho, desvio de função e a necessidade de liberação dos servidores para participar das atividades sindicais.

Sobre a falta de condições de trabalho, o sindicato destacou o princípio de incêndio no prédio do Ministério na Zona Oeste que ocorreu no último dia do ano passado. Também citou o caso do prédio na Zona Sul, onde o calor é insuportável sem nenhum ar condicionado em funcionamento e a situação caótica da gerência de São José dos Campos, que continua caindo aos pedaços.

A sede do MTE também não fica de fora. O CONTRU (Departamento de Controle do Uso de Imóveis) indicou que a estrutura do prédio está inadequada e precisa de uma reforma.

O Sindsef-SP relatou os casos de desvio de função, com técnicos administrativos tendo que assumir tarefas privativas dos auditores e chamou atenção para o combate ao assédio moral dentro do órgão.

Outra questão debatida com o superintendente foi a forma como o ponto eletrônico vem sendo implementada pelo governo: sem o mínimo treinamento, sem capacitação e sem divulgação dos critérios. Em fevereiro o ponto começou a funcionar no MTE.

O superintendente, que é advogado e não servidor de carreira, falou que está chegando agora à administração do órgão e vai se interar sobre o que foi discutido. Ele afirmou que não pretende acumular a superintendência do MTE com o exercício da gerência de São José dos Campos.

O Sindsef-SP realizou uma assembleia no dia 01/02 para repassar os informes e aprovar a pauta de reivindicações da categoria. A partir do protocolo desta pauta, o superintendente vai agendar uma nova reunião com o sindicato.

FIM DA VALIDADE DO ÚLTIMO CONCURSO SE APROXIMA



Foto: Fabíola Corrêa

O último concurso realizado para o Ministério do Trabalho e Emprego em São Paulo aconteceu em 2008 e tem validade até março do corrente ano. Porém, mais de 80% dos concursados pediram exoneração, ou seja, desistiram da vaga e o governo não demonstra interesse em preenchê-las.

Se por um lado muitos desistem do serviço público em busca de melhores salários e condições de trabalho; por outro, restando apenas cerca de dois meses para o fim da validade do concurso acabar, muitos candidatos aguardam a nomeação.

Enquanto isso, sem plano de carreira específico para os servidores, o esvaziamento do MTE continua, assim como ao sucateamento. Quem mais sai perdendo é a população.

FUNDACENTRO / IPEN

NOVA GQ É COLOCADA EM PRÁTICA

A nova Gratificação de Qualificação, um ganho da campanha salarial unificada do funcionalismo público federal, começou a valer a partir da publicação da Orientação Normativa nº02 de 18 de janeiro de 2013, enviada pelo MPOG para os setores de recursos humanos das Instituições.

A ON indica que deve ser efetuado o reenquadramento dos servidores que recebiam Adicional de Titulação (AT) até 29/08/2008, e que tiveram este adicional transformado em GQ pelo Artigo 57º da Lei 11.907, de 02/02/2009. Este reenquadramento pode ser efetuado imediatamente pelos próprios departamentos de recursos humanos dos órgãos (conforme orientação da coordenação geral de RH do Ministério de Ciência e Tecnologia do dia 28/01/2013).

Retomar a luta pela regulamentação

A publicação da orientação normativa veio a calhar para os servidores de nível intermediário que já possuem a gratificação. A boa notícia era muito esperada para o pessoal do IPEN, onde a maioria vai ganhar.

Na FUNDACENTRO, os servidores já recebiam GQ2 e GQ3 desde 2010, por uma definição interna. Agora o órgão deve regularizar a situação daqueles que já tinham 250 e 360 horas, mas não recebiam o benefício.

Infelizmente, a ON não regulamenta a GQ, deixando de fora os servidores novos. No dia 29/01 as entidades sindicais que compõem o Fórum de Ciência e Tecnologia, reunidas em Brasília, tiveram informe, por meio do MCTI, que a Se-

O reenquadramento citado deve se basear na documentação apresentada na época da concessão do Adicional de Titulação (AT), que embasou o pagamento da respectiva GQ, adequando às novas exigências da lei referente ao acordo firmado entre as entidades representativas nacionais e o governo Dilma.

Os servidores que possuem comprovação de conclusão com aproveitamento tendo na sua somatória de cursos de aperfeiçoamento carga horária igual ou superior a 250 horas serão reenquadrados na GQ2 e os que tiverem concluído cursos de aperfeiçoamento tendo na sua somatória carga horária mínima de 360 horas ou graduação ou pós-graduação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, serão reenquadrados na GQ3.



Foto: Lara Tappey

cretaria Executiva do MPOG publicará a nova regulamentação após o carnaval.

Não se pode confiar em um governo que ataca constantemente os direitos dos trabalhadores. É preciso retomar a mobilização para que todos possam receber essa conquista.

APOSENTADOS E PENSIONISTAS

EM SEU DIA NACIONAL, APOSENTADOS PARTICIPARAM DE ATO PÚBLICO

O Dia Nacional dos Aposentados (24/01) foi de luta em São Paulo. Os aposentados e pensionistas, junto aos trabalhadores ativos, realizaram uma manifestação na Av. Paulista, partindo do MASP até o TRF-3.

Foram destacadas as reivindicações em defesa da paridade entre os trabalhadores ativos e os aposentados e pensionistas, a luta pela anulação da reforma da previdência de 2003 e a incorporação das gratificações para todos.

A maioria das intervenções ao microfone chamou atenção para a necessidade de organizar a luta pela anulação da reforma aprovada através da compra de votos pelo governo Lula.

Em frente ao TRF-3, Bernadete Serafim, diretora do Sindsef-SP, fez



Foto: Lara Tappey

referência às cruzes carregadas durante o Ato. “Essas cruzes que estão aqui representam os nossos colegas que morreram sem receber os seus direitos”, disse.

O ato terminou depois de uma comissão, formada por representantes das três entidades, protocolar as reivindicações do segmento na presidência do TRF-3.

DPU

EM BUSCA DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIDORES NAS UNIDADES

Um dos objetivos do Sindsef-SP é buscar uma maior aproximação com a base. Na opinião de Brisa Batista, servidora da DPU e diretora recém-eleita do sindicato, ter um representante dentro da entidade pode ser muito positivo, porque facilita a organização da categoria para buscar alternativas aos problemas nos locais de trabalho e lutar pelos seus direitos.

Entre os problemas da DPU estão a carência de servidores concursados e o avançado processo de terceirização. A terceirização, além de precarizar direitos, desagrega e desmobiliza os trabalhadores, que precisam se unir para reivindicar a realização de concurso público para o órgão e outras demandas. Segundo a representante do Sindsef-SP, existe uma oscilação muito grande de terceirizados, chegando ao ponto de a unidade ficar muito tempo

sem serviço de segurança e limpeza.

A regulamentação da remoção, para que os servidores possam mudar de estado ou de cidade sem pedir a exoneração, é uma demanda do pessoal da Defensoria. A expectativa é que isso seja definido em junho, mas nada está confirmado.

Os servidores precisam se organizar para pressionar pela resolução dos problemas da DPU. Entre as propostas do Sindsef-SP estão reivindicação de uma cadeira para um representante dos trabalhadores no Conselho da Defensoria e a liberação para que todos possam se organizar nas unidades e participar do sindicato.

“Isso, na verdade, seria base para a gente poder conquistar outras demandas, como a regulamentação da remoção e um processo de avaliação de desempenho menos injusto”, destacou.



ENTIDADES REPRESENTATIVAS NACIONAIS ORGANIZAM CAMPANHA PELA ANULAÇÃO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Em 2003 houve um forte movimento contra a reforma da previdência do governo Lula. A votação do projeto, imposto pelo FMI, foi adiada na Câmara para uma madrugada de agosto do mesmo ano nitidamente para fugir da pressão dos servidores que se deslocavam para Brasília, para realizar a grande “Marcha dos 100 Mil”. A reforma aprovada retirou direitos históricos dos trabalhadores para viabilizar o pagamento da dívida pública.

Entre os ataques estão a redução dos benefícios previdenciários; o fim da integralidade da aposentadoria e da paridade entre aposentados, pensionistas e ativos; a fixação da idade mínima para servidores se aposentarem e os fundos de pensão, que abriram portas para a privatização da previdência.

No ano passado a verdade veio à tona: foi comprovado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), durante o julgamento da Ação Penal 470 (o “mensalão”), que aprovação da reforma foi garantida na base da compra do apoio dos parlamentares. A mais alta corte do país confirmou a ilegalidade da reforma.

Agora, a campanha para que seja anulada começou. As entidades que compõem o Espaço de Unidade de Ação, entre elas a CSP-Conlutas e a Condsef, estão preparando uma jornada de lutas, onde a defesa da anulação da reforma da previdência está entre os principais eixos. Foi aprovada a confecção de um cartaz e vão promover um abaixo-assinado em todo o Brasil, com o mote “Reforma comprada tem que ser anulada”. A jornada vai culminar na realização de uma grande marcha em Brasília.

MARCHA EM BRASÍLIA EM DEFESA DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

Em abril, os servidores públicos vão às ruas ombro a ombro com os companheiros do setor privado, na grande marcha na Esplanada dos Ministérios em defesa dos direitos dos trabalhadores.

A manifestação vai pautar a luta contra o Acordo Coletivo Especial, que representa a flexibilização dos direitos trabalhistas em resposta à crise econômica; em defesa da anulação da reforma da previdência comprada pelo governo Lula; pelo fim do Fator Previdenciário e contra a Fórmula 85/95, que visa impor a combinação de tempo de contribuição e a idade para aposentadoria; e, também,

demandas dos movimentos populares, sem terra e sem teto, estudantis e contra opressões específicas.

A data da atividade foi adiada do dia 17 de abril para 24 visando aglutinar forças com a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), que vai fazer três dias de greve em defesa do piso nacional dos professores na semana seguinte ao dia 17.

No site do Sindsef-SP é possível conferir na íntegra a plataforma de bandeiras, construída consensualmente pelas organizações que estão convocando a marcha.

*Participe e divulgue as atividades do Sindsef-SP e da CSP-Conlutas.
Lute pelos seus direitos!*



Bandeiras de luta da marcha:

- Contra o ACE (Acordo Coletivo Especial): direitos não se negociam, contra a precarização do trabalho;
- Defesa da aposentadoria e da previdência pública: não ao fator previdenciário e anulação da reforma da previdência de 2003;
- Aumento geral de salários;
- Adoção imediata da convenção 158 da OIT (Organização Internacional do Trabalho);
- Redução da jornada de trabalho sem redução salarial;
- Em defesa dos(as) servidores(as) públicos(as);
- Em defesa da educação e saúde públicas;
- Em defesa do direito à moradia digna, terra pra quem nela trabalha, reforma agrária já, respeito aos quilombolas e povos indígenas;
- Contra as privatizações: defesa do patrimônio e dos recursos naturais do Brasil;
- Contra o novo código florestal, em defesa do meio ambiente;
- Contra a criminalização da pobreza e dos movimentos sociais;
- Contra toda forma de discriminação e opressão.